

DOI: <https://doi.org/10.30749/2594-8261.v6n1p218-230>

EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PELA RESILIÊNCIA E EMPATIA

EARLY CHILDHOOD EDUCATION IN THE CONTEXT OF THE PANDEMIC: PEDAGOGICAL PRACTICES FOR RESILIENCE AND EMPATHY

Késia D'Almeida¹

Resumo: O presente artigo busca discutir a Educação Infantil como modalidade de atendimento educacional voltado à infância, em especial no contexto da Pandemia da Covid-19. Interessa colocar em análise os efeitos dos fazeres e saberes das práticas diárias neste segmento da educação frente ao contexto do Sars-CoV-2 e o cotidiano com o novo coronavírus, inflado pelo chamamento cada vez mais intenso da resiliência, empatia, adaptação, flexibilidade, ajustamento, segurança, proteção. O que conseguimos vivenciar no tempo presente com a Pandemia por todo Brasil – apesar das legalizações e normatizações existentes voltadas à Educação Infantil – é que algumas centenas de crianças acentuaram o enfrentamento das condições já precárias existentes. O que se propõe são algumas conversas que perpassam a naturalização, em especial na Educação Infantil, de determinadas ações pautadas em capturas que entendem como necessária a conformidade das crianças aos padrões determinados.

Palavras-chave: Educação Infantil. Resiliência. Empatia.

Abstract: This article seeks to discuss Early Childhood Education as a modality of educational assistance aimed at childhood, especially in the context of the Covid-19 Pandemic. It is interesting to analyze the effects of the actions and knowledge of daily practices in this segment of education in the context of Sars-CoV-2 and the daily life with the new coronavirus, inflated by the increasingly intense call for resilience, empathy, adaptation, flexibility, adjustment, security, protection. What we are able to experience in the present time with the Pandemic throughout Brazil – despite the existing legalizations and regulations aimed at Early Childhood Education – is that a few hundred children have emphasized the confrontation of the already precarious conditions that already exist. What is proposed are some conversations

¹ Doutora e Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana - PPFH/UERJ, Assessora de Direção da Creche da Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz; Coordenadora do Curso de Desenvolvimento Profissional para Educadores Infantis - Creche Fiocruz/EPSPJV-Fiocruz; e Professora Supervisora Educacional do Município de São Gonçalo/SG/RJ.

that permeate the naturalization, especially in Early Childhood Education, of certain actions based on captures that understand as necessary the compliance of children to certain standards.

Keywords: Early Childhood Education. Resilience. Empathy.

Recebido em: 21/10/2021

Aceito para publicação em: 18/01/2022

1 O QUE PULSA NO INÍCIO DO CAMINHO?

O presente artigo busca discutir a Educação Infantil como modalidade de atendimento educacional voltado à infância, em especial no contexto da Pandemia da Covid-19 iniciada em 2019 na região de Wuhan na China, e, posteriormente, propagada mundialmente. Interessa colocar em análise os efeitos dos fazeres e saberes das práticas diárias neste segmento da educação frente ao contexto do Sars-CoV-2 e o cotidiano com o novo coronavírus, inflado pelo chamamento cada vez mais intenso da resiliência, empatia, adaptação, flexibilidade, ajustamento, segurança, proteção.

A maior crise sanitária global do século XXI se instala vorazmente com a Pandemia, trazendo em seu cerne as contradições das produções das verdades que se instituíram a partir da constatação e disseminação global da Covid-19. Quantos discursos se transformaram em verdades, sem espaços para diferenças? Inúmeras produções de relações de saber-poder, com base em parâmetros científicos, mas também no âmbito negacionista da existência do vírus e da necessidade de medidas efetivas para evitar a propagação da Covid-19, esta última acentuada por movimentos de adesão social a conceitos por vezes violentos e impensados em outros momentos. Embora de perspectivas antagônicas, podemos dizer que ambas trazem em seu cerne o enquadramento de falas, comportamentos e padrões de ação, bem como controle permanente e de configuração global. A verdade produz controles sociais e políticos na formação da sociedade e esta valida os poderes sustentados em saberes, pois segundo Foucault (1993) “[...] a verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdades [...] tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros [...]”.

Nesta perspectiva, é importante pensar que estamos diante de um poder devastador imposto pela Pandemia e as práticas indicadas para o enfrentamento

emitem as verdades produzidas neste espaço de tempo. Ao mesmo tempo, não se pode elucidar a realidade com o que falta a ela, mas por algo que está nela, bem como não é possível dizer qualquer coisa em qualquer tempo, conforme apontado por Foucault (1996). De acordo com Heliana Conde² (2021), porém, em uma referência a Nietzsche, “dizer a verdade não quer dizer estar no verdadeiro”. Desta forma, não se pretende estabelecer julgamentos; tendo como perspectiva que a própria verdade é histórica e não existe uma, porém várias; porém tentar trazer para a discussão no campo da Educação Infantil, questões ligadas às perspectivas do homem para produzir este ou aquele caminho, pois como afirma Scheinvar (2012) “produzir é afetar: propiciar um sentimento, criar um objeto, construir um desejo”.

Apreendemos que não é a formulação de um caminho ou de leis que, por si só, leva a algo, mas as suas formas de aplicação. Nesta vertente que se pretende estabelecer as discussões acerca dos fazeres e saberes desenvolvidos na, para e da Educação Infantil, “estranhando” as questões que vão se apresentando como verdades instituídas com o novo cenário pandêmico, entendendo que se na história da infância nunca houve tanta preocupação com as crianças como vem acontecendo no século XXI – com falas voltadas à valorização da expressão infantil, da espontaneidade, da necessidade de proteção e cuidado – também se conserva a disseminação do discurso acerca de como devem viver e comportar-se. É importante, neste cenário, a análise apontada por Llobet (2020) ao afirmar que “se a proteção das crianças surgiu como consequência dos processos de modernização e do avanço do capitalismo, sua implantação nas sociedades latino-americanas, também incluiu elementos conservadores e tradicionalistas”.

A sociedade globalizada e balizada por relações provisórias prevalece mesmo diante da Covid-19. Sociedade na qual tempo e produtividade já estabelecia, mesmo antes do presente vivido desde o final de 2019, relações cada vez mais profícuas e intimistas na engrenagem defendida pelo neoliberalismo. A realidade

² Aula de Abertura 2021 do PPFH/UERJ.

profícua da lógica neoliberal, que mantém a ideia liberal que os seres humanos nascem em iguais condições, sendo o “jogo” da existência humana um “jogo” de equilíbrio, de acordo com o qual cada indivíduo nasce igual, faz suas escolhas e daí segue, em um racionalismo “irracional” que diz que somos o que queremos ser, em uma visão determinista, na qual querer é poder (D’ALMEIDA, 2014) ³, se exacerba de certa forma com as urgências produzidas na Pandemia.

2 ALGUNS ESTRANHAMENTOS: RESILIÊNCIA, EMPATIA E EDUCAÇÃO INFANTIL

Com a Covid-19, diferentes relações passam a se constituir e novos saberes vão tomando forma, mas as relações existentes não são suprimidas e sim ganham outras roupagens ou mesmo vão se consolidando no contexto dito do “novo normal”, constituindo e afiançando as relações de saber-poder. A flexibilidade, a exigência da capacidade de sermos ágeis, voláteis e, principalmente, abertos a mudanças rápidas, bruscas, inovadoras e em curto prazo, como enunciadas por Sennett (2003), permanece parte importante de um conjunto de valores e atitudes funcionais ao mundo da produção capitalista, mantidas talvez de forma mais brutal com a Covid-19 e todo seu poder devastador, afinal, só no Brasil já ultrapassamos o total de 600 mil mortes, colocando inúmeras famílias a deriva terminal dos desdobramentos cruéis das bases pandêmicas e suas valas sem despedidas ritualísticas tão fundantes na formação familiar de alguns e de muitas sociedades. Viúvos e viúvas; filhos e filhas; mães e pais; avôs e avós; amigos e amigas; trabalhadores e trabalhadoras; cuidadores e cuidadoras; professores e professoras; afetos e amores... rostos, corpos e nomes deste total alarmante de mortos que gritam em sua concretude na frieza dos números quantificados, mas também revela

³ Essa discussão pode ser aprofundada em “A obrigatoriedade da Educação Infantil: governamentalidade e refinamento das técnicas de governo”. Tese/ 2014/UERJ.

o ferocidade de mais de 130 mil crianças e adolescentes deixadas órfãs somente no Brasil – número obtido até abril de 2021 quando ainda se somava cerca de 400 mil mortes –, segundo estudo divulgado pela Revista inglesa *The Lancet* em julho de 2021⁴.

Os sistemas educacionais são integrantes deste panorama formado com a Covid-19, do qual a Educação Infantil também é parte enquanto primeira etapa da Educação Básica brasileira. Com a ausência de funcionamento dos espaços escolares e outros espaços de convivência, com o fechamento total das escolas em março de 2020 e retornos escolares na modalidade híbrida em épocas e com regras específicas nas diferentes regiões no Brasil, bem como com a impossibilidade de circulação e interação de forma efetiva no período mais inicial da Pandemia, as referências infantis se tornaram, muitas vezes, exclusivamente familiares e, em alguns casos, “relações comunitárias” extramuros escolares, em especial para classes mais pobres, colocando muitas vezes em evidência a precariedade na assistência à criança nos campos da alimentação, da higiene ou mesmo da segurança física. Cenário que Llobet (2020)⁵ evidencia ao destacar, acerca da realidade de algumas crianças, que “[...] um número invisível está sendo vítima de violência doméstica [...]”, dentre outras precariedades. É acertado afirmar que a Pandemia se apresentou para todos, não escolhendo classes sociais, mas por certo as condições de enfrentamento, prevenção e possibilidades são desiguais e díspares. A disparidade sinalizada por Ricardo Antunes⁶ (2020) quando afirma que estamos todos em uma tempestade, mas em embarcações diferentes para confrontar-se; bem como quando constata que a “Pandemia desnudou uma tragédia já anunciada”.

⁴ Estudo divulgado amplamente nos veículos de comunicação brasileiros, bem como pela Confederação Nacional dos Trabalhadores de Educação. <https://www.cnte.org.br>. Acesso em out.21.

⁵ Disponível em: <<https://doi.org/10.5209/soci.69632>> Acesso em 30 de Jul.2021

⁶ Palestra “Os impactos da Pandemia do novo coronavírus no mundo do trabalho”, conferida no primeiro Seminário integrante do ciclo de Seminário on-line promovido pela Fundação Oswaldo Cruz: Os impactos da Pandemia do novo coronavírus no mundo do trabalho. Proferida em 22/07/2020.

Por certo todas essas questões já existiam na realidade brasileira antes da Covid-19, necessitando de ações profícuas de políticas públicas efetivas e emancipatórias, populações subestimadas, assujeitadas, capturadas e controladas pelas políticas existentes e praticadas, que aumentam a precariedade, atuando pela tutela e pelo controle social, como apresentado por Coimbra & Scheinvar (2012) ao afirmarem que “Em nome da proteção a estes, as leis operam por meio de tutela, do controle dos enquadrados como 'necessitados'”. Contudo, na Pandemia tais contextos já existentes são evidenciados, tornando-se mecanismos e estratégias de poder, visando operar ainda mais processos de controle e de adequação às perspectivas que fervilham frente às exigências – com base nas demandas mundiais de adequação diante da Covid-19 – de novos olhares, novas práticas, novos fazeres, bem como da necessidade da convergência para a tecnologia como benefício inclusive nos ambientes de educação até mesmo na Educação Infantil, já instituída em outros países e continentes.

No Brasil o caminho mais “encurtado” defendido por muitos segmentos sociais para efetivar o atendimento dessas demandas convergiu para os discursos e produções de verdades que propagaram a necessidade premente do retorno às aulas presenciais, independente das taxas de transmissibilidade da Covid-19, a mortandade ou mesmo em que condições voltariam aos espaços escolares. A pergunta: que espaços são esses? Não é considerada necessária. É fato que algumas redes de ensino brasileiras não conseguiam ofertar espaços e condições mínimas apropriadas, sequer com água encanada e sabão ou outros materiais considerados necessários a esta ocupação, mesmo antes da Pandemia. A convocação de retomada das atividades estudantis desde a Educação Infantil e o retorno das crianças para as atividades escolares presenciais nos leva a questionar: estar acontecendo no mundo todo significa que é para todos? Da mesma forma?

Os discursos propagados no Brasil, mesmo com a Covid-19, permanecem não objetivando o estabelecimento de um trabalho que favorece o reconhecimento

das diversas infâncias, mantendo a visão de uma infância determinada e única, para a qual não assentam outras possibilidades, mas somente os ambientes escolares. A escola voltada à primeira infância está sempre relacionada à condição de espaço essencial e muitas vezes exclusivo para que a criança se desenvolva, crie valores, tenha acesso aos conhecimentos, amplie habilidades e competências.

Incorporada como um dos direitos às políticas públicas para a Infância a partir da Constituição Federal de 1988 e garantida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº9394/96) a Educação Infantil já era alvo no contexto brasileiro, mesmo antes da chegada da Pandemia, de exercícios político-sociais em relação à infância e na educação voltada a ela, nos quais era possível verificar a perpetuação de uma subjetividade calcada na prática que produz um estado, uma natureza e uma essência à infância, fazendo com que a criança não seja vista como alguém que é, mas como “algo” a que todos têm direito, inclusive de dispor de seus corpos. Corpos que necessitam de disciplina, controle, governo. Ao institucionalizar a educação infantil como forma de escolarização conseqüentemente promoveu-se a institucionalização crescente de crianças desde a mais tenra idade, tornando-as indivíduo público, que pode ser compartilhado, dispondo também de seus corpos e das suas potências (D'ALMEIDA, 2009)⁷.

De certo modo, as ações da e na Educação Infantil com a Pandemia intensificou a promoção de processos de subjetivação ainda mais brutal, seja ao determinar, enquadrar e controlar os comportamentos das crianças por meio de técnicas de dominação seja ao estimulá-las para que operem de acordo com os padrões estabelecidos, ditos como o “novo normal”. Condutas resilientes e com empatia são esperadas frente ao cenário mundial da Pandemia e à defesa permanente da frequência presencial das crianças nos espaços escolares

⁷ Essa discussão pode ser aprofundada em “Educação infantil e direito: práticas de controle como campo de análise”. Dissertação/2009 /UERJ

permanece ativa segundo esta lógica, mesmo em situação tão atípica como a causada pela Covid-19 e não pensada até então.

Cabe-nos questionar talvez de que forma empatia e resiliência se inseriram no contexto da Educação Infantil enquanto palavras de ordem direcionadas maciçamente à educação da infância diante da Pandemia. Empatia e resiliência se unem de forma a aderir às demandas sociais contemporâneas que se baseiam em formas modelares de comportamento e enquadramentos a padrões pautados em novos valores, interesses e formas de se relacionar e diante da Pandemia essa exigência, em especial, se impõe veementemente. É necessário, mas antes de tudo é preciso, adaptar-se e ajustar-se, mas não somente isso. É preciso enquadrar-se de forma equilibrada, emoldurada ao padrão, com positividade permanentemente e harmoniosamente. O chamamento é pela resistência, mas um resistir modelar; um resistir moldado a comportamentos entendidos como bons, ideais, criativos; um resistir capturado; resistir pela adesão e adaptação (D'ALMEIDA, 2014). Não basta mais ser resiliente e adaptar-se às adversidades. É necessário agora a adesão entoada das adversidades, instituindo comportamentos adaptados, modulados, com dependência recíproca e tranquila.

Os discursos pelo retorno dos espaços escolares de Educação Infantil, neste contexto, tomam por base cotidianamente as verdades construídas no sentido que estar na escola significa estar sendo “preparado” para encarar os desafios impostos pela Pandemia, mas agora não só de forma resiliente, mas também com empatia. As determinações voltadas para a área de Educação Infantil, cada vez mais persuasivas e pautadas na “arte de dizer a verdade”, não carecem permanecer atadas à disciplina dos corpos como mecanismo de contenção às resistências ao exercício do poder (FOUCAULT, 2005). Com esta configuração, reforça-se ainda mais a visão salvacionista da educação, sendo mantida a defesa que na escola, e talvez somente nestes espaços, as crianças podem vivenciar situações desafiadoras desde a Educação Infantil de modo a favorecer o desenvolvimento de sua

resiliência, à medida que comportamentos resilientes não são inatos. Porém não só. É necessário também que tenham empatia, que façam adesão ao comportamento adaptativo às adversidades, mas de forma devotada, altruísta, leal, constante, cordial, simpática. A modulação esperada é que o indivíduo, desde a tenra idade, seja capaz de experimentar junto, enternecidamente e cordialmente, um sentimento frente à determinada situação adversa, estabelecendo comportamento/ação resiliente diante do vivido. O comportamento resiliente não é mais individual, mas coletivo. Não é de um, mas de todos. Comportamento ensinado e apreendido. Sob estes embasamentos, podemos então dizer que ao somar-se o conceito de empatia a resiliência manteríamos a ideia necessária de flexibilidade e o ajuste permanente às demandas globais, porém com volatilidade, inovação e empreendedorismo. E mais, tendo como base a adequação e adesão das crianças, e também de suas famílias, aos novos parâmetros, os conceitos e concepções vão somando-se aos preceitos existentes e vão se configurando arditosamente nas práticas diárias.

3 (IN) CONCLUSÕES DO PERCURSO

É necessário, então, pensar nas formas de controle que são construídas, percebendo que não há modelos, mas modelações que atribuem e produzem discursos tidos como verdadeiros. O contexto atual nos permite reflexões ímpares acerca destas modelações e lógicas que passam a circunscrever a prática desenvolvida com crianças tão pequenas em tempos de Covid-19. O chamamento para novos métodos e técnicas ainda mais modelares, visando perpetuar e reconfigurar a lógica maquinica da escola como lugar exclusivo para a educação da infância, à medida que as instituições de Educação Infantil são ainda mais alvo direto de ações que governam corpos e visam reger a vida, não só com a Pandemia, porém talvez mais acirrada na atual conjuntura, na qual resiliência e empatia passam a compor as expectativas dos comportamentos infantis. O espraiamento do

conceito de resiliência encontra companhia no conceito empatia, e ambas são diretrizes atuais dos arranjos que se espera da Educação Infantil como “a ética do futuro” (OLIVEIRA, 2012) ⁸.

Neste sentido, o que se propõe são algumas conversas que perpassam a naturalização, em especial na Educação Infantil, de determinadas ações pautadas em capturas que entendem como necessária a conformidade das crianças aos padrões determinados, considerando que assim terão um bom aproveitamento escolar ou não terão atrasos no desenvolvimento e aprendizagem. Espaço no qual as naturalizações dos discursos passaram a ser constantes, e ainda mais intensificados na Pandemia, através de um consenso que se quer produzir que “lugar de criança é na escola” e fora dela nada pode ser construído produtivamente falando, mantendo a adequação aos padrões neoliberais salvaguardados, na atualidade, pela instituição de comportamentos resilientes e com empatia. Assim, ter a suspensão das atividades escolares pode representar, dentre outras coisas, o contraditório aos discursos pautados em rendimento escolar futuro e retorno de investimentos necessários na formação de capital humano desde a tenra idade, tão propagados no contexto brasileiro desde antes da Covid-19.

Tentar traçar o alinhavo desta questão aos saberes e fazeres da Educação Infantil na Pandemia pode ajudar a compreender o cenário atual da educação da infância no Brasil, quando a escola infantil permanece como espaço de conformações, mas se acentua o contexto da adesão como palavra central, garantindo a funcionalidade do projeto político pautado na visão do capital, no ideário descentralizado, flexível e que prima por uma troca entre valor humano por valor de mercado.

O que conseguimos vivenciar no tempo presente com a Pandemia por todo Brasil – apesar das legalizações e normatizações existentes voltadas à Educação Infantil – é que algumas centenas de crianças acentuaram o enfrentamento das

⁸ Disponível em: <www.revistas.pucsp.br/ecopolitica>. Acesso em: 06 de Abr. de 2014.

condições já precárias existentes, mesmo com protocolos sanitários de retomada para as atividades presenciais, defendidos por muitas redes de ensino. As ações políticas e sociais direcionadas à infância e à sua educação permanecem, na maioria das vezes, desconsiderando as múltiplas infâncias que povoam a realidade brasileira. Promove-se a perpetuação da adequação das práticas e referenciais teóricos às regras sociais, situando a educação como mecanismo para que as crianças, e conseqüentemente suas famílias, sejam enquadradas aos formatos produzidos hegemônica e socialmente, respondendo às demandas de comportamentos resilientes e de empatia frente às adversidades acendidas.

Quanto mais empatia mais capacidade de entender o outro de forma adaptativa, consoante e consensual para contrapor os desafios e problemas que se apresentam cotidianamente. Resiliente e com empatia reage-se então de maneira flexível, positiva, eficaz, eficiente, dinâmica e equilibrada, não conflituosa. De tal modo, adaptar-se ao novo cotidiano prevê antes de tudo uma capacidade de superação ativa, efetiva e com positividade, aceitando o novo, a mudança, ao outro e mantendo o foco de suas ações, interesses e objetivos de maneira modular com as adversidades. O investimento é na educação dos comportamentos resilientes e com empatia, a fim de conter os desvios e garantir a retomada das atividades independente do que se esperava pedagogicamente para a educação de crianças tão pequenas, em especial no cenário político que vivemos na atualidade no Brasil, no qual ferve nacionalmente espaços controvertidos e polêmicos, pois afinal não podemos deixar de falar do golpe sofrido pela democracia em 2016 e nos tempos difíceis que vivemos desde então.

As políticas neoliberais uniram, desde a década de 1970, os sistemas de educação ao modelo de uma política educacional mercantil, e posteriormente a Educação Infantil, desde antes da Covid-19, foi incluída neste preceito, mas no contexto pandêmico vivido na atualidade no Brasil essa norma se amplifica arranjando e assujeitando ainda mais a todos. Acima de tudo se educa para a

formação de comportamentos adaptáveis, conformados, inovadores, solidários, harmônicos. Se até o início de 2020 estabelecíamos, antes da Pandemia, relações entre os campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade na Educação Infantil, buscando ressignificar o espaço de educação da infância e fugir dos ditames da organização social que se apresentavam, hoje os desafios parecem ainda maiores. Resilientes e com empatia, se quer possibilitar a aprendizagem de valores pautados em comportamentos de atitude volátil e em contínua inovação frente às demandas de enquadramento, criatividade, ajustamento, adesão.

REFERÊNCIAS

COIMBRA, Cecília; SCHEINVAR, Estela. **Subjetividades punitivo-penais**. In: BATISTA, V.M. (org.). LAMARÃO, S. (tradutor). Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2005.

_____. **A ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996

LLOBET, Valeria. "Tensiones entre derechos de las mujeres y protección de la niñez". **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 3, e65412, 2020. Disponível em: <www.scielo.br> Acesso em: 30 de Jul. de 2021.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do Caráter: consequências pessoais do trabalho no novo Capitalismo**. Tradução Marcos Santarrita. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SCHEINVAR, Estela. **Produzir**. In: *Pesquisar na diferença: um abecedário*. Organizadoras: Fonseca, Tânia Mara Galli, Nascimento, Maria Livia; Maraschin, Cleci. Porto Alegre: Sulina, 2012.